PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de recursos de caderneta de poupança.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 35 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“**Art. 35.**

.....

III – Exigir valor mínimo para depósito ou retirada de recursos de caderneta de poupança.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A caderneta de poupança é a aplicação financeira mais tradicional e popular do país, aproveitada, sobretudo, pelo pequeno investidor e pela população de mais baixa renda. Constitui, também,

importante fonte de recursos para o financiamento imobiliário, o que contribui para o desenvolvimento do país.

Com a redução das taxas de juros no país e a consequente redução de seus ganhos com empréstimos, as instituições financeiras têm buscado meios de direcionar clientes para produtos com maior retorno, ou de ampliar o lucro em produtos já existentes. Entre esses meios está a exigência de valores mínimos de investimento para abertura da caderneta de poupança.

Reportagens recentes de jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo apontaram que certas agências bancárias têm estipulado depósitos mínimos de até R\$ 1 mil para abertura de uma caderneta de poupança. No Rio de Janeiro, de 35 agências visitadas pelo jornal, 19 teriam exigido valor mínimo de depósito, variando de R\$ 50 a R\$ 1 mil, inclusive entre os maiores bancos do país, entre públicos e privados (O Globo, “Caderneta agora mais restrita”, em www.oglobo.globo.com, 22.08.2012). Em São Paulo, de 31 agências visitadas, 22 teriam exigido depósito inicial mínimo, variando de R\$ 5 a R\$ 1 mil (Agora São Paulo, “Banco exige R\$ 1.000 para abrir poupança”, em www.agora.uol.com.br, em 27.08.2012).

Tradicionalmente, a caderneta de poupança é o exemplo de aplicação simples e ao alcance do pequeno investidor. A exigência de valor mínimo para a aplicação, porém, torna-a menos acessível, retirando de milhares de famílias o que, muitas vezes, é a única forma encontrada para poupar. Não é por outra razão que consideramos haver inequívoco interesse público em vedar a exigência de valor mínimo de investimento, a fim de manter a caderneta de poupança como produto popular.

Considerando o grande alcance social do presente projeto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para seu aperfeiçoamento e sua conseqüente aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES